

INES CARDENAS BERMUDEZ

**COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL – ESTUDO DE CASO
DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE
BOCAIÚVA DO SUL, A FORMAÇÃO DE REDES E A EXECUÇÃO DO
PROJETO BRACATINGA.**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Regional do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr José Chotguis

CURITIBA

2007

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Chotguis por sua valiosa contribuição no desenvolvimento deste estúdio.

Ao professor Mario Figueiredo, ao Ari, Ronei, C. Biasi, Miriam F., J. Nishi, J. Custodio, pessoal do Emater que contribuíram para a realização deste trabalho.

A Kelen Vanzin e aos membros do CMDR de Bocaiúva do Sul por sua valiosa cooperação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 JUSTIFICAÇÃO	1
1.2 PROBLEMA.....	2
1.3 OBJETIVOS.....	3
1.4 MARCO TEÓRICO	3
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	6
2.1 COOPERAÇÃO.....	6
2.2 O TERRITÓRIO E OS ATORES.....	12
2.3 O PROJETO.....	16
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	19
3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA.....	19
3.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.	19
4 RESULTADOS.....	22
4.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	22
4.2 CONCLUSÃO.....	27
4.3 RECOMENDAÇÕES	30
5 REFERENCIAS	32
ANEXOS	35
POPULAÇÃO E ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS.....	36.
ROTEIRO DE PERGUNTAS	37.

RESUMO

Este trabalho tratou sobre a formação de redes locais, ações realizadas, entraves e facilitadores na operacionalização do “Projeto de Fortalecimento da Madeira e Produção de Móveis” que visa à instalação de uma Incubadora no município de Bocaiúva do Sul. Analisou-se o desenvolvimento dos processos de comunicação e intercâmbio de conhecimentos e a possibilidade de empreendimentos coletivos, com o objetivo de contribuir para o melhor desempenho dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR. Neste contexto, realizou-se uma reflexão sobre a cooperação, a ativação de redes sociais, a transmissão da informação e o engajamento voluntário. Parte do trabalho focou a participação das pessoas tendo como ponto de vista a organização, constituída de níveis diferentes em que se pode obter participação direta. Outra parte abordou o papel das políticas públicas, o fortalecimento do capital institucional para o aumento produtivo, e o programa de desenvolvimento da Mesorregião do Vale do Ribeira, que compreende Bocaiúva do Sul, município com baixos indicadores sociais e econômicos, embora com potencial para constituir a cadeia produtiva de madeira. O presente estudo de caso de abordagem qualitativa – após obter os dados através das fontes secundárias e primárias constituídas por uma mostra da rede local – analisou os resultados que demonstram a necessidade de promover organizações nas comunidades rurais, baseadas no desenvolvimento de suas capacidades, estabelecer sistemas para melhorar a comunicação e as formas de transmitir a informação.

Palavra-chave: cooperação, redes sociais, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, organização, Projeto de Desenvolvimento e inclusão social.

1.INTRODUÇÃO

A descentralização tem propiciado modelos participativos para o desenvolvimento local, um modelo em processo de aperfeiçoamento constitui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural- CMDR que visa a articulação e integração da sociedade local no desenvolvimento, fato que o leva a ser um ator presente na aplicação de políticas nacionais, estaduais e locais de desenvolvimento.

Este estudo se propõe analisar a formação das redes e ações assertivas para impulsionar Projetos de desenvolvimento com uma intervenção do CMDR.

1.1 JUSTIFICATIVA

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR foram criadas como instrumento de gestão democrática para “fortalecer a organização dos municípios para a elaboração, execução e avaliação de programas municipais de desenvolvimento rural, estabelecendo parcerias entre o poder publico e a sociedade” (IPARDES, 2003)

Entretanto, segundo o perfil geral das experiências de desenvolvimento econômico local, se tem identificado que “não houve políticas publicas que represente um efetivo esforço de imprimir centralidade na articulação de ações” (IPARDES, 2003).

A CMDR tem um potencial para a articulação de atores locais a desenvolver, assim, merece uma análise que contribua no processo de integração e formação de redes.

“O aspecto da forte presença do instrumento financeiro mostra o quanto incipiente são as experiências de um desenvolvimento local integrado e sustentável. Não há modelos rígidos de desenvolvimento econômico local e é necessária sua adaptação às características locais e regionais envolvendo atores significativos. Há necessidade de trabalhar os processos de

aprendizagem produtiva“ (DIAS, C. 2000). É preciso contribuir com a análise e a sistematização das experiências no processo de aprendizagem.

O Município de Bocaiúva do Sul ocupa a 270^a posição no índice de Desenvolvimento Humano Municipal em relação aos outros municípios do Estado (PNUD, 2000). Está considerado no programa de desenvolvimento econômico e inclusão social da Política Nacional de Desenvolvimento Rural, para implantar o Projeto de fortalecimento de madeira e moveis que visa o desenvolvimento da atividade florestal de alto rendimento e a instalação de incubadora industrial para fabricação de móveis e peças de mobiliário da bracatinga, espécie florestal presente em 14 municípios do Vale da Ribeira.(BRASIL, MI 2007).

Segundo HADDAD, P. (2004) “Em municípios de baixa renda, as debilidades estruturais são importantes, e as potencialidades locais limitadas, o que reduz o espaço de ação possível na escolha das atividades com as quais se impulsiona o desenvolvimento”. Acha-se importante identificar e registrar as atividades flexíveis às características locais para impulsionar este Projeto.

1.2 PROBLEMA

As respostas aos desafios globais têm características diferentes: algumas têm alvo na melhora da infraestrutura (hardware), outras tentam melhorar os fatores não materiais (software) e outras propõem fortalecer a capacidade organizativa (orgware) (BOISSIER, S. 1998). Focando na capacidade organizativa, “os estudos demonstram que pese ao elevado grau de autonomia municipal comparado com outros países de América latina não há desenvolvimento organizacional” (DIAS, C.F.2000), o que significa um desafio ainda maior para a Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR na formação de redes e a gestão de projetos de desenvolvimento.

Pretende-se identificar fatores que contribuam para um melhor desempenho dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural a partir da análise da dinâmica do Conselho de Bocaiúva do Sul no desenvolvimento do Projeto Bracatinga.

1.3 OBJETIVO

1.3.1 Objetivo geral –

Contribuir para o melhor desempenho das CMDR a partir da análise da dinâmica do Conselho em Bocaiúva do Sul no desenvolvimento do Projeto Bracatinga.

1.3.2 Objetivos específicos

- Analisar o percurso executado na operacionalização do Projeto Bracatinga
- Identificar quais são os fatores que interferem como facilitadores e dificultadores no desenvolvimento da organização das redes formada para execução do Projeto.
- Analisar o processo de comunicação e intercambio de conhecimentos entre a CMDR; os atores locais e não locais.
- Refletir sobre gestão de projeto e a inclusão da comunidade na criação de perspectivas para um empreendimento coletivo na operação do projeto.

2. MARCO TEORICO

Os municípios conquistam maior autonomia política e financeira a partir da Constituição de 1988, e no início dos anos 90 surge com maior intensidade a municipalização do território e com eles experiências de desenvolvimento econômico local (DIAS, C F. 2000), Nesse contexto se tem políticas publicas que criam os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural -CMDR como opção e ferramenta das prefeituras para a melhoria das condições dos pequenos agricultores.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Estado do Paraná a maioria de eles foram criadas em 1997 para que o município se habilitasse receber recursos e atender as exigências do programa de crédito Pronaf, ”a partir de então muitos esforços foram feitos no sentido de fortalecer o CMDR, buscando consolidá-lo como espaço de negociação entre o governo e a sociedade civil, bem como ajudar os conselheiros tomar consciência de sua realidade” (IPARDES, 2003).

O Conselho Do Desenvolvimento Regional do Município de Bocaiúva do Sul foi criado por Decreto Municipal no 18 de fevereiro do 1998, com o objetivo de apoiar a implantação e execução do Projeto Paraná 12 meses. (Decreto Municipal 112/98). O Paraná 12 Meses foi um projeto do Governo do Estado do Paraná, “em parceria com o Banco Mundial, desenvolvido em todo o território paranaense, de forma a reduzir a situação de pobreza no meio rural e fomentar o manejo e conservação dos recursos naturais”. (PARANÁ, 2006)

Enquanto a metodologia ou estratégias de desenvolvimento, adotadas na área rural, se têm diferentes experiências nacionais (DIAS C. F. 2000), incluindo propostas de Arranjos Produtivos, fomentando a formação de cluster (HADDAD RP. 2004).

A formação de redes de desenvolvimento tem exemplo inicial no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Integração das Prefeituras da Região Metropolitanas de São Paulo nas ações de Desenvolvimento Local, no 1990. A experiência teve um caráter inovador numa interlocução pública-privada voltada mais especificamente para o desenvolvimento econômico local (DIAS, C. 2000)

O desenvolvimento local, no processo atual, articula diferentes atores públicos e privados e procura a integração intermunicipal, assim os municípios do Vale da Ribeira criaram no dezembro do 2002, a rede de integração das prefeituras no Fórum Mesorregional de

Desenvolvimento, tendo na agenda o Projeto de fortalecimento da madeira e moveis assim a primeira fase do projeto esta sendo implantada em Bocaiúva do Sul tendo-se aprovado a criação de uma incubadora industrial para fabricação de moveis e peças de mobiliário de madeira de bracatinga – que nomeamos de: Projeto Bracatinga.

A Bracatinga é uma espécie nativa, reconhecida como matéria prima na produção de carvão, hoje pode ser aproveitada para outros fins. No Projeto Bracatinga “a idéia é promover a formação de micro e pequenas empresas para atuarem no ramo moveleiro”. O braço executor é a Agencia de Desenvolvimento da Mesorregião Vale do Ribeira / Guaraqueçaba - ADVRG, organização social de interesse publico credenciada pelo Ministério de Integração Nacional para articular projetos de fomento econômico e social. (ADVRG, 2005)

2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA

2.1 COOPERAÇÃO

2.1.1 Desenvolvimento endógeno e organização local

Os diferentes estudos demonstram que o processo de desenvolvimento econômico das regiões é realizado por uma combinação de fatores que superam os fatores mero econômicos. Segundo BOISIER S. (1998) o desenvolvimento de um território depende da existência e o nível de articulação dos seguintes fatores:

- 1) Os atores, porque o desenvolvimento é um processo de decisões de atores individuais, corporativos e coletivos.
- 2) As Organizações ou instituições, porque influenciam no processo por sua habilidade em reagir às mudanças, no grau de flexibilidade de suas respostas, por sua capacidade tecnológica para fazer arranjos de cooperação fora de fronteiras territoriais e por sua capacidade de aprender das experiências.
- 3) A cultura, porque é capaz de produzir sua própria referência
- 4) Os procedimentos, principalmente, aqueles que sustentam a gestão de desenvolvimento, ou seja, as formas de agir da administração do governo territorial e o uso da informação.
- 5) Os recursos: tanto materiais quanto humanos no sentido qualitativo.
- 6) O entorno, ou meio externo com que se articula formas de cooperação entre regiões para facilitar o progresso técnico e de conhecimento.

Para este autor, o desenvolvimento depende de um projeto coletivo, um Projeto Político que seja o instrumento de coordenação entre os atores.

A importância dos atores locais se destaca na formação de redes e na cooperação mútua, segundo VASQUEZ, V L. (2000), é esse um dos fatores principais para o processo de crescimento endógeno. Para o autor, os atores têm a capacidade de conhecer, de aprender e de atuar, o que o faz uma espécie de “cérebro” da dinâmica da economia local. O intercâmbio entre atores estimula por sua vez a inovação e a competitividade.

De fato, o estabelecimento de redes de atores locais e sua participação contribuem para uma aprendizagem ativa e para uma formação de sinergias que podem criar e dinamizar processos produtivos (BOISIER S, 1974). Para este autor a “capacidade de organização social da região é o fator endógeno mais importante para a transformação do crescimento em desenvolvimento”, isso é possível através de “uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional”. Para o economista Celso Furtado “o verdadeiro desenvolvimento é principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade” (citado por HADDAD P. 2004 pg 12).

Sobre o como a ativação e a canalização de forças sociais intervém no processo de desenvolvimento, JACKSON & KASSAM (1998) refere-se aos estudos de Putnam :

O estudo de Putnam compara a história do norte e o sul da Itália. As produtivas províncias ao redor da democrática Milan e por outro lado, a região mais pobre no Sul. A pergunta é esta: que o que acontece nos modelos sociais dessas regiões para terem uma dramática diferença na produtividade econômica? a evidência é convincente; para as províncias do norte, a efervescência de muitas associações de futebol, clubes de políticos, grupos de eleitores, e outras associações de voluntários, a participação individual faz sentir sua opinião. No norte a gente age energeticamente por eles próprios e pelo bem-estar da coletividade. Não assim no sul onde as regras do chefe, do patrão-cliente político, inverte a democracia, e donde, desanimados pelo fatalismo, os cidadãos aceitam as consequências da rigidez social, posta por oficiais corruptos pagos, e mantém suas cabeças no rachado da dura rocha de uma vida social rígida. Por que eles devem eleger? Os membros do clube de futebol e a própria vida da vila são mais pequenos que a versão dos protetores pagos de seu chefe político. Não é surpresa que a economia do norte seja ativa, enquanto a economia do sul é fraca.

2.1.2 Formação de redes, intercâmbio e comunicação

O crescimento da economia começa com a organização local, isto é, quando os indivíduos ativam as redes sociais, e fazem com que a comunidade sintam-se protegida (JACKSON, T & KASSAM Y.1998). As condições para que uma rede de conexões possa se converter em capital econômico têm alicerce na existência de atividades para o benefício mútuo (bem comum associado ao bem público), isso se reflete na habilidade de criarem e sustentarem associações voluntárias, e na geração de confiança.

Segundo BOISIER S. (1997 pg28) a formação da rede é um processo de abertura, de ouvir, e comprometer-se com a articulação e ativação da rede através de promessas e pedidos. Isso significa que a coordenação entre atores ou indivíduos é um processo de comunicação e compromissos.

A teoria das redes afirma que a rede articula os relacionamentos de forma horizontal e voluntária para atingir os objetivos de interesse comum, logo, se realiza um intercâmbio de recursos materiais e não materiais em um fluxo de cooperação interdependentes, essas relações são criadas e mantidas pela confiança, naturalmente as incertezas e a desconfiança serão os fatores de desagregação da trama social. Neste processo ganham destaque os diretivos que não são apenas os representantes, mas, principalmente os comunicadores de informação e conhecimento, dentro e fora da rede, são a ponte construída de atos e processos de comunicação.

A transmissão da informação e do conhecimento é essencial no processo de articulação de rede. A pesquisa de JACKSON T. & KASSAM Y. (1998), demonstra sua importância, ao associar os melhores resultados à comunicação completa e transparente. De acordo com os autores, existe “uma diferença qualitativa, sutil, mas dramática na transmissão da informação”.

Em partes o conhecimento torna-se um emaranhado de mistérios inconclusos, mas quando compartilhado entre um grupo de pessoas conscientes, transforma-se em um plano de ação, projetam transparência e geram confiança.

O desenvolvimento das redes complementa as organizações convencionais e neutraliza os efeitos negativos da burocracia, assim se faz possível estabelecer relações diretas entre as organizações facilitando a tomada de decisões e a execução das iniciativas (VAZQUES V. 2000. Pg50).

2.1.3 Teoria das redes e a gestão da participação.

A idéia elementar de rede é de uma articulação entre diversas unidades. Estas a através de certas ligações, trocam elementos, fortalecendo-se reciprocamente, podendo se multiplicar em novas unidades, possibilitando a expansão ou se mantendo em equilíbrio sustentável. (MANCE E. 2001 pg. 24).

Segundo CASTILHO, P. (2001. Pg. 298) o termo rede esta na própria idéia de organização em sua horizontalidade em contra-posição ao organograma a verticalidade e especialização. As equipes em rede garantem cooperação. Cada unidade atuante ou nó é colocado sobre o mesmo plano que outros.

MANCE, E (2001) expõe três princípios na noção de rede; primeiro: ela funciona como um sistema aberto que se reproduz: a articulação fortalece cada unidade graças aos intercâmbios que se passam entre eles, este fortalecimento contribui no surgimento de novas unidades. Os outros dos princípios são: a Intensividade - refere-se ao envolvimento de um maior numero de pessoas na unidade atuante, e extensividade- significa expandir a rede para outros espaços colaborando no surgimento de novas unidades e no desenvolvimento destas, ampliando a abrangência da rede e fortalecendo o seu conjunto.

GARAPEN (2006) diz que a rede é o novo modelo de trabalho, uma forma de articular relações de caráter horizontal, entre atores do caráter público ou privado, por meio do qual se produz uma participação voluntária e ativa para alcançar um objetivo e interesse comum, assim para atingi-lo se realiza um intercambio de recursos materiais ou não materiais e um fluxo de cooperação onde predomina a interdependência. Este modelo de trabalho permite e fomenta a geração de novos conhecimentos e inovação.

Como se desenvolve e garante a participação ativa nesta articulação horizontal?

Para entendermos melhor sobre a participação expomos o modelo de participação em organizações de caráter horizontal, ou organizações auto-governadas.

Segundo a pesquisadora VALADARES, N. (1995. Pg 45) a teoria de auto-governo enfatiza o fortalecimento do poder do engajamento de cada membro com os valores e objetivos do grupo, essa intensidade do engajamento está na coerência e plasticidade, que significa o estabelecimento de objetivos e seu desenvolvimento em termos do interesse das pessoas, em uma ordem que a organização possa distinguir entre objetivos a longo e curto prazo. Se a organização é homogênea e coerente, o consenso surge naturalmente.

Até que ponto as pessoas das organizações auto-governadas conseguem participar efetivamente nas tomadas de decisões e controlar os líderes de suas organizações?

O tamanho da organização se torna a variável mais importante para definir a forma de tomada de decisões. Na prática, as comunidades não podem discutir ou votar cada assunto que os afeta, como um todo. O sistema ideal de tomada de decisão é a participação direta em diferentes níveis. As comunidades seriam organizadas de maneira que cada unidade -por menor que fosse - externaria suas próprias regras, o que seria aplicado ao sistema todo, fazendo parte integrante de um maior, base para o exercício da autoridade. Entretanto, dentro de certas limitações, cada

unidade seria autônoma e independente, dando um significado a noção de participação (DAHL citado por VALADARES 1995, pg 36). Sugere-se em esses termos uma organização formada por organizações elementares.

2.1.4 Políticas públicas e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

As políticas do desenvolvimento que estimulam mecanismos de participação direta dos cidadãos nas tomadas de decisões públicas surgiram a partir da Constituição de 1988, mas, foi no início dos anos 90 com a municipalização do território que houve as principais experiências de desenvolvimento econômico local (DIAS, C.F. 2000). Hoje, em várias políticas públicas é fundamental que se estabeleçam instâncias locais de planejamento participativo para que haja o financiamento de programas governamentais (IPARDES 2003).

Assim, as políticas de desenvolvimento local, pela primeira vez, faz da sociedade local protagonista, tendo a responsabilidade de participar ativamente na definição e execução das estratégias de desenvolvimento econômico local. A partir de 1997 surgem os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural -CMDR como opção e ferramenta das prefeituras para a melhoria das condições dos pequenos agricultores. Eles são decorrentes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado em 1996, visando fortalecer a organização dos municípios para a elaboração, execução e avaliação de programas municipais de desenvolvimento rural e para estabelecer parcerias entre o poder público e a sociedade. (IPARDES, 2003).

Os CMDRs caracterizam-se pela pluralidade em sua composição. Considera-se importante que os vários segmentos da sociedade, existentes no município estejam representados no Conselho, garantindo que as decisões tomadas sejam apoiadas tanto pelo poder público como pela sociedade. O exercício de pluralismo representa a força e o equilíbrio para o Conselho.

(IPARDES, 2003). Com relação ao caráter participativo do CMDR existe uma orientação do PRONAF para que ele seja deliberativo. Porém uma análise documental (IPARDES 2003) demonstrou que existem aqueles instituídos como consultivos, como deliberativos, como normativos, e, consultivos e deliberativos.

As políticas públicas pretendem fortalecer o que LAHERA E (2004) chama de capital institucional - que visa um planejamento estratégico ao redor do desenvolvimento produtivo. Ele afirma que as políticas de desenvolvimento produtivo são mais potentes se tem origem em processos democráticos, e sustentáveis se os frutos alcançam para todos.

2.2. O TERRITÓRIO E OS ATORES

2.2.1 Política territorial e a Política Nacional Desenvolvimento Regional - PNDR

O conceito de políticas territoriais é novo no Brasil e em toda a América Latina. Por isso, há dificuldades de implantá-lo. A idéia de território não é apenas recente na América, mas também na Europa, onde o conceito de Estado de Bem-Estar também foi tardiamente desenvolvido (LIRA, C.L. 2003).

Neste novo cenário, observa-se políticas públicas que destinam recursos ao fomento produtivo, correspondendo, geralmente, a uma importante parcela do PBI de um país. SILVA, L. (2005) afirma que para se obter melhores resultados são necessários instrumentos com capacidade de organizar diferentes programas de desenvolvimento, focados no conceito de território e descentralização.

Segundo ele, “o fomento produtivo descentralizado permitiria aproveitar o potencial para acrescentar a produtividade existente nos territórios”. Para aproveitar esse potencial é essencial identificá-lo, logo, é preciso dispor de informação suficiente sobre os aspectos mais substantivos do tecido organizacional, incluindo os problemas e necessidades locais. Outros dados relevantes,

de acordo com ALBUQUERQUE LL.F. (2001. Pg. 78), referem-se ao inventário dos recursos naturais e ambientais, á estrutura social e à política local, à tradição cultural local e às organizações representativas.

No Brasil, a experiência de descentralização surge com a distribuição de renda e gastos entre as diferentes esferas do governo da União, estadual e municipal (Pacto Federativo), além de serem partilhadas políticas sociais entre o governo federal, estadual e municipal. (RODRIGUEZ A J.R. 2007).

Para solucionar a problemática do desigual desenvolvimento das regiões, o Governo Federal criou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, O Conselho Nacional de Desenvolvimento, a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e as Agências de Desenvolvimento Regional.

Segundo o Decreto No 6407 (22.02.2007), O objetivo do PNDR é reduzir as desigualdades sociais e econômicas, promover a equidade e orientar os programas e ações federais no Território Nacional. Anuncia-se neste decreto que o Governo Federal atuará, por meio de seus Programas, em escala Mesorregional - territórios que envolvem regiões de um ou mais Estados que compartilham características comuns em cultura, questões socioeconômicas, políticas e ambientais (BRASIL, MIN 2007).

Nas treze Mesorregiões diferenciadas para a aplicação desse programa, está a Mesorregião do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba.

2.2.2 O Vale Do Ribeira

A Mesorregião do Vale da Ribeira/Guaraqueçaba compõe-se de 39 municípios do sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná e abriga aproximadamente 829.296 habitantes (estimativa de 2005) (BRASIL, MIN 2007).

Os municípios que compõem a Mesorregião estão distribuídos no eixo da BR-116 que percorre 340 Km da Mesorregião, principal via de acesso à região e duas rodovias federais: a BR-277 que liga Curitiba a Paranaguá, e a BR-476, que liga Curitiba ao município de Adrianópolis-PR e este ao de Apiaí-SP.

Do ponto de vista econômico, destacam-se as atividades agrícolas, e as atividades pecuárias em expansão. (BRASIL, MIN 2007). Em relação aos municípios da região nordeste do Paraná, a base produtiva está no setor de fruticultura, madeireiro e da mineração do calcário. (IPARDES 2007).

O Vale do Ribeira permanece pouco habitado e mantém parte do seu ambiente natural preservado. Na Jurisdição estadual do Paraná, há a presença de duas importantes unidades de conservação que podem gerar atividade turística: o Parque Estadual das Lauráceas, que se estende por 27.524,33 ha dos municípios de Adrianópolis, Tunas de Paraná e Bocaiúva do Sul; e o Parque Estadual de Campinhos, cobrindo 218,12 há, dos Municípios de Cerro Azul e Tunas de Paraná.(IPARDES.2007)

As características sócio-culturais da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba demonstram um baixo desenvolvimento social e estagnação econômica. Nos municípios da região nordeste do Estado, de população predominantemente rural, evidenciam-se índices de desenvolvimento abaixo da média paranaense (0,786) e mesmo da média nacional (0,764), baixa escolaridade, analfabetismo e níveis de expectativa de vida inferiores à média do Estado. Também, são indicativo de uma difícil situação, as condições do mercado formal de trabalho e remuneração média dos trabalhadores, enquanto os índices de desigualdade de renda superam, em muito, a média estadual. (IPARDES 2007)

O governo federal propôs cinco projetos para o desenvolvimento econômico e inclusão

social da Mesorregião de Vale do Ribeira/Guaraqueçaba. (BRASIL MIN, 2007). Eles são:

- 1 - O fortalecimento da Maricultura para o litoral da Mesorregião. Foram investidos R\$ 450.000,00;
- 2 - O fortalecimento da Hortifruticultura nos municípios de Morretes, Sete Barras, Jacupiranga, Apiaí e Juquiá. O investimento é da ordem de R\$ 2.048.676,00.
- 3 - O fortalecimento de madeira e móveis nos municípios de Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Tunas do Paraná e Campina Grande do Sul. Foram investidos R\$ 999.169,00.
- 4 - O Fortalecimento do Turismo no roteiro integrado do Lagamar Paraná–São Paulo. Encontra-se em estruturação com investimentos de aproximadamente R\$ 1.196.119,00.
- 5 - O Fortalecimento de agroindústrias familiares. Estão sendo investidos R\$ 580.000,00

2.2.3 O Município De Bocaiúva Do Sul.

Bocaiúva do Sul situa-se na parte nordeste do estado, na bacia hidrográfica do Ribeira do Iguaçu, numa altitude de 980 m. Pertence à microrregião de Curitiba e à grande região do Vale do Ribeira, com área de 826,34 m².

O Município foi instalado em 12 de abril do 1871, estando a 41,6Km próximo da Cidade de Curitiba. A população, aproximada de 9.841 habitantes (IBGE 2005), é principalmente rural, sendo a taxa de urbanização 39,36% (PNUD. 2000) em atual crescimento.

A evolução dos indicadores socioeconômicos mostra que nos anos de 1991 a 2000 ocorreu uma diminuição da taxa de analfabetismo, passando de 64% a 42,2%. A renda percapita média do município cresceu 54,12% . A pobreza diminuiu 26,96%, mas a desigualdade cresceu: o índice de Gini passou de 0,49 para 0,55 (PNUD. 2000).

Outros dados do histórico do IDH-M para os anos de 1991 a 2000 mostrados pela PNUD (2000) são:

O índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDH-M, cresceu 12,52% passando de 0,639 a 0,710 (PNUD 2000). A dimensão que mais contribuiu para este crescimento do IDH-M foi a Educação, com 58,6%, seguida pela Renda, com 30,1% e pela longevidade com 11,3%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite Máximo do IDH, ou seja, 1-IDG) foi reduzido em 22,2%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 18 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com melhor IDH-M do Brasil (0,919) e 12,8 anos para alcançar Curitiba (PR) o município como o melhor IDH-M do Estado (0,856). Em relação aos outros municípios do Estado, Bocaiúva do Sul apresenta uma situação ruim: ocupa a 270ª posição, sendo que 269 municípios (67,4%) estão em situação melhor e 129 municípios (32,6%) estão em situação pior ou igual.

As atividades econômicas principais são a agropecuária, seguida de silvicultura, exploração florestal e pesca que ocupam 38,67% da PEA local (3.573 habitantes). As indústrias de transformação empregam 10,66% da PEA local. Nas atividades industriais, destaca-se a indústria de madeira e mobiliário com potencial para constituir a cadeia produtiva da madeira (IPARDES 2007).

Os municípios de Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Tunas do Paraná e Campina Grande do Sul compartilham do projeto proposto pela PNDR que visa o desenvolvimento da atividade florestal e a instalação de uma incubadora para a fabricação de móveis e peças de mobiliário, em Bocaiúva do Sul.

2.3 O PROJETO

2.3.1. Teoria da gestão de projetos.

Os objetivos da gestão do projeto segundo PRADO, D. (1998) são: Atingir as metas, concluir as fases com sucesso, priorizar o caminho crítico – atividades que merecem a colocação dos melhores recursos para sua realização, e manter alto a moral da Equipe.

Durante a execução leva-se em conta o desenvolvimento das atividades o mais próxima do planejamento, ocorrendo a verificação do andamento em reuniões planejadas. Toda reunião tem ata, uma copia dela é distribuída aos elementos chave do projeto.

O andamento pode necessitar de alterações no planejamento do restante do projeto, a tomada de ações corretivas devem ser realizadas em reuniões.

PRADO, D. (1998) recomenda a divulgação de resultados e a comemoração dos sucessos intermediários alcançados, este é um aspecto importante para manter alto o moral da equipe. Premiações podem ocorrer, mas preferencialmente tem de se fornecer prêmios a equipes e não a indivíduos, diz o autor.

2.3.2 O Projeto Bracatinga

A Bracatinga é uma espécie presente em 120 mil hectares entre o Vale da Ribeira e União da Vitória, no Sul do Paraná. É utilizada na produção de carvão, e pode ser aproveitada para caixotaria, embalagem leves, palets, moveis, forro e assoalho, inclusive para compensados, laminados e aglomerados (ADVRG 2005)

O Projeto de fortalecimento de madeira e moveis nos municípios de Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Tunas do Paraná e Campina Grande do Sul, do programa de Política Nacional do Desenvolvimento Rural – PNDR, começa com a criação da rede de integração das prefeituras no Fórum Mesorregional de Desenvolvimento, no dezembro de 2002. A Agencia de Desenvolvimento do Vale da Ribeira/Guaraqueçaba- ADVR é o organismo credenciado pelo Ministério de Integração para articular este Projeto de fomento econômico e inclusão social. (ADVR 2004)

A Primeira fase do projeto esta sendo implantada em Bocaiúva do Sul tendo-se aprovado a criação de uma incubadora industrial para fabricação de moveis e peças de mobiliário. As

instalações estarão a 25 Km da BR 116, eixo rodoviário da região sul/sudeste responsável por 76,30% da produção de moveis.

Este Projeto visa o Arranjo Produtivo da Madeira, promovendo a formação de micro e pequenas empresas para atuarem no ramo moveleiro. (ADVR 2005)

2.3.2 Impacto esperado

O projeto da incubadora prevê a geração de 30 empregos diretos a cada 12 meses através da criação de cinco novos empreendimentos que serão incubados anualmente na unidade industrial (ADVR 2005).

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Nesta seção se apresenta a metodologia utilizada para a verificação empírica do problema de pesquisa. Pretendeu-se identificar fatores que contribuam para um melhor desempenho dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural a partir da análise da dinâmica do Conselho de Bocaiúva do Sul no desenvolvimento do Projeto Bracatinga.

3.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.

3.2.1 Parâmetros da pesquisa

3.2.1.1 Delineamento da pesquisa

A estratégia selecionada para esta pesquisa é o Estudo de Caso exploratória, de cunho qualitativo.

O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidencia são utilizadas (YIN, citado por DUARTE & BARROS, 2005, pg 216)

A utilização de um delineamento tipo estudo de caso exploratório mostra se adequado porque se tenta esclarecer um conjunto de decisões, o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados (SHRAMM 1971, citadas por YIN R, 2006, pg 31). Esta pesquisa exploratória focaliza acontecimentos onde questão apresentada é “o que”, é qualitativa porque é essencialmente descritivo.

3.2.1.2 População e amostragem

Para realizar a pesquisa, se coletaram dados de parte da população de estudo para inferir conhecimento para o todo. Foi usada a escolha intencional da amostra, organizações que representem a população do estudo. Como fontes principais para a seleção dos representantes das organizações se usou o cadastro do CMDR.

Sendo um estudo qualitativo se trabalhou com poucas fontes, mas de qualidade. Tratou-se de um pequeno numero de pessoas representativas, escolhidas pela capacidade que tem de dar informações confiáveis e relevantes sobre o tema de pesquisa. Foram pessoas com papéis sociais diferentes com visões e relatos diversificados sobre os mesmos fatos.

3.2.1.3 Fonte y coleta de dados

O ambiente das entrevistas foi no próprio local de trabalho dos entrevistados, tendo como fonte de dados primários as entrevistas com as lideranças das organizações membros do CMDR e organizações envolvidas no Projeto Bracatinga.

Para a coleta dos dados foi utilizado o método da comunicação adotando se técnicas de entrevistas focalizadas e individuais.

As sessões das entrevistas cumprirão os seguintes procedimentos:

- 1) Elaboração com profundidade. Duração de duas horas. O objetivo esteve relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão da situação e estrutura do problema. (DUARTE J & BARROS, 2005, Pg 630) Realizadas de forma confidencial, individual, pessoal e verbal entre o entrevistador e os entrevistados.
- 2) Adota-se como meio de coleta dos dados um instrumento semi-estruturado.
- 3) As respostas foram registradas pelo entrevistador no próprio instrumento da coleta dos dados submetendo-as a conformidade dos entrevistados durante a própria entrevista,

- 4) Além da entrevista formal, de forma complementar, aceitamos o método onde o observador permite que o observado dirija a conversa (método encontrado no trabalho de VALADARES N. 1995).

3.2.1.4 Dados, Fontes de evidências, coleta e tratamento.

Fonte secundária.

A pesquisa documental constou de atas, jornais internos e pagina internet. O material coletado foi analisado é utilizado para corroborar evidências das fontes primárias e para acrescentar informações.

Fonte primária

As entrevistas constituem a principal fonte de evidência deste Estudo, o relato verbal sujeito ao problema. Usou-se entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas para o registro de fatos e perguntas pré-formuladas com alternativas de respostas fixas pré-estabelecidas. Inclui-se também, o registro de cooperação – conflito entre organizações, modelo criado pela ILPES.

Coleta de dados.

A metodologia desenvolvida no levantamento dos dados para a análise, usou instrumentos formais de coleta de dados: o formulário e as entrevistas. Os procedimentos metodológicos de dividiram em etapas, descritas a seguir.

A primeira foi a identificação e localização espacial das entidades relacionadas com o Conselho Municipal do Desenvolvimento e com o Projeto Bracatinga. Identificou-se as pessoas que o representam para serem tomadas como informantes qualificados.

A segunda etapa consistiu em contatar os informantes apresentar a proposta do estudo e mobiliza-los a participarem da entrevista para o preenchimento dos formulários. As entrevistas

foram uma grande oportunidade de reflexão sobre as questões da participação, problemas próprios da comunidade e a política de projetos de desenvolvimento.

Na terceira etapa, de tabulação dos formulários preenchidos, o análise foi organizado segundo os objetivos específicos.

4. RESULTADOS.

4.1. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A presente seção se concentra sobre a exposição e análise dos dados obtidos no decorrer da pesquisa por meio das fontes primarias e secundarias.

Na análise se fez um exame, classificação, e recombinação das evidencias seguindo as proposições do estudo.

4.1.1 O Percurso executado na operacionalização do projeto bracatinga.

O conteúdo desta seção e baseado nas respostas dos entrevistados. Tem-se complementado com informação de datas e dados específicos obtidos das fontes secundarias.

O inicio da operacionalização do *Projeto do Fortalecimento da Madeira e Moveis*, que visa o funcionamento de uma incubadora empresarial para produção de moveis de madeira de bracatinga, foi marcado pela implantação do Fórum Mesorregional de Desenvolvimento, em dezembro de 2002, envolvendo os municípios de Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Tunas do Paraná e Campina Grande do Sul.

Em Bocaiúva do Sul, os órgãos locais da EMATER e a Secretaria de Agricultura, membros promotores do Projeto, procuram a conformação dos grupos de interesse, enquanto isso, na cidade de Curitiba se realizam encontros entre os entes técnicos e comerciais, formando-se

uma rede técnica fortalecida através de acordos que visam atingir a tecnologia para a madeira de Bracatinga virar em moveis.

Em reuniões, organizadas pelos promotores do Projeto, são apresentados, aos membros do CMDR, os acordos na área técnica e aspectos de manejo de madeira da bracatinga. Promove-se o projeto.

No ano 2005, a prefeitura cede uma área de 1125 m², onde foi construído o barracão e instalado o silo e a picadora, sob a administração da Agencia do Desenvolvimento do Vale da Riveira/ Guaraqueçaba -DVRG.

No 2007 se constitui o Comitê Gestor do projeto. A GERAR-FIEP organismo consultor, recebe a tarefa do desenvolvimento do regimento da incubadora, e o treinamento de empreendedores.

A AGVRG e a GERAR apresentam ao Comitê Gestor a proposta para pôr em licitação a operacionalização do Projeto Bracatinga. Espera –se a divulgação da Licitação, no jornal.

Á pergunta sobre quais organizações participaram para obter esses resultados a resposta é unânime: são os organismos do governo que intervem diretamente na execução e resultados expostos. As organizações, representantes da sociedade civil acompanham o processo.

4.1.2 Os fatores que interferem como facilitadores e dificultadores no desenvolvimento da organização das redes formada para execução do projeto.

As perguntas relacionadas aos fatores que influem positivamente no desenvolvimento da rede para a execução do projeto, se expressaram a partir das motivações na participação da rede. Registrou-se as seguintes respostas:

A maior motivação para desenvolver a rede para execução do projeto é ter atingido uma melhora no preço da madeira de bracatinga, graças à importância desta espécie no Projeto, “os

produtores estão animados”. É também, estimulante no processo, a expectativa de criar “serviço para população”, “se, se montar a fábrica”, “se chegar a funcionar”. Um fator importante, altamente prezado é o acompanhamento técnico para o manejo da madeira de bracatinga. É também, elemento comum aos entrevistados a visão de um bom aproveitamento de um recurso abundante como é a bracatinga e o desejo do desenvolvimento do município.

Enquanto aos fatores que interferem negativamente ou representam entraves no desenvolvimento da rede, são recolhidas a través dos sentimentos de frustração e desmotivação. A resposta que atingiu maior unanimidade foi: a falta de união dos produtores, sua falta de interesse e a pouca ou nenhuma participação nas propostas novas, “os produtores não acreditam” coincidem em afirmar os entrevistados. Foi assim que não se conseguiu conformar o grupo de interesse. Por outro lado desanima, ainda aos próprios órgãos governamentais, a burocracia e a demora nos processos. Pelo lado dos representantes das organizações civis foram mencionados também: a falta de informações claras, uma sintonia má entre comunicação e ação “propõem uma coisa e fazem outra”, são citados como exemplo: “se anunciou o treinamento de produtores locais no processo completo para a produção de moveis de bracatinga e não se fez”, “Esperava-se que a operação de projeto se fizesse com pessoal da localidade. Se ela vai se licitar, como fica?” Outros fatos também são citados: O Instituto Ambiental do Paraná- IAP em reunião com os membros da rede local deste projeto, anunciou: “reduzir substancialmente o prazo de liberação da licença para corte e manejo da bracatinga”. “Não aconteceu, pelo contrario” se emitiu uma Portaria (IAP#108 13.06.2007) que estabelece procedimentos administrativos, a salientar; “o requerimento de licenciamento deverá ser encaminhado ao IAP (...)” os produtores estão desalentados pelo que significa este processo, não apenas pela burocracia quanto “pelo pouco pessoal e pouco treinado que tem a IAP”. Não apenas são citados fatos relacionados ao Projeto, salienta no desconcerto

dos produtores, e inclusive dos próprios articuladores, a dificuldade que se teve para aceitação e construção da estrutura dos Telecentros nas comunidades rurais, mas, terminada a construção não chegaram os equipamentos.

Tanto em uma organização governamental quanto em duas da sociedade civil se mencionou como fato desalentador não participar das discussões nas diferentes fases de operação projeto, inclusive se mencionou de importância a discussão antes da própria elaboração do Projeto, que não se fez.

4.1.3 O processo de comunicação e intercambio de conhecimentos entre a CMDR; os atores locais e não locais.

As perguntas estavam encaminhadas a perceber os aspectos tangíveis e intangíveis que intervêm no processo de comunicação e intercambio de conhecimentos entre os membros da rede. Respeito aos aspectos da estrutura para a comunicação, as respostas dizem que as organizações todas estão equipadas com telefone. Na área rural o pessoal tem telefone fixo celular. As organizações com sede na cidade, todas elas tem equipamento para comunicação pela internet.

O fluxo de comunicação especialmente para convocatória na área rural, é pessoal ou por recados: “o povo colabora com a gente enviando os recados”, usa-se também a radio, porém muito pouco. Embora não tenha sido utilizado na comunicação relacionada ao projeto, se fez menção ao Jornal União, “órgão oficial de Campina Grande do Sul e Bocaiúva do Sul”, jornal de edição semanal.

O fluxo formal de informação, entre os membros da rede: copias de atas, relatórios, planos de ação, e informativos, recebem apenas, as organizações governamentais, principalmente informativos, a traves do e-mail. Os membros da sociedade civil responderam que não receberam

nenhum documento, a informação é recebida nas reuniões, oralmente. Destacam que nas reuniões, relacionadas ao projeto, não inclui a deliberação, a discussão ou análise aprofundado. A pergunta sobre a agenda das reuniões nas quais participaram destaca-se o relativo aos aspectos técnicos de madeira de bracatinga, e a comunicação das determinações e informações gerais.

Os entrevistados refletem sua interação com os outros membros da rede, indicando sua relação de conflito, cooperação ou neutralidade. As respostas mostram que as organizações governamentais identificam a relação com os outros membros da rede como cooperativa, as organizações da sociedade civil relacionados com a produção de bracatinga declaram que tem conflito com a IAP. A relação de cooperação, conflito ou neutralidade expresada pelos membros da rede tem a ver principalmente com as atividades que os relaciona no cotidiano, nos afazeres da organização que representam.

4.1.4 Gestão do projeto e a inclusão da comunidade na criação de perspectivas para um empreendimento coletivo na operação do projeto.

O pessoal entrevistado observa dificuldade na formação de associações, os fatores mencionados são diversos: falta de interesse dos produtores, tem dificuldade de abrir mão de seu tempo, receio de estar frente a uma grande responsabilidade, risco de desistência ainda bem no meio do caminho, os produtores não acreditam que a cooperativa funciona, foram as respostas. Também foi mencionada a limitação econômica e comercial.

Apenas, duas pessoas acham que empreendimentos coletivos têm uma chance: a existência de pequenos empresários madeireiros locais pode ser uma oportunidade para a criação de uma cooperativa. Afirmou-se também que se atingir a uma participação efetiva pode se diminuir riscos.

4.2 CONCLUSÃO

As diferentes experiências no desenvolvimento local assinalam como é necessário um instrumento de coordenação entre os atores e a formação de sinergias que contribuam a dinamizar o processo produtivo. O Conselho Municipal de Desenvolvimento rural - CMDR, órgão local, e a Agencia de Desenvolvimento Vale da Ribeira/ Guaraqueçaba - ADVRG, órgão federal, convergem com essas características, no município do Bocaiúva do Sul para levar a efeito o Projeto de fortalecimento da madeira e moveis, que visa na primeira fase a instalação de Incubadoras para industrialização da madeira de Bracatinga – que denominamos o Projeto Bracatinga para este estudo.

O Projeto é estratégico para o desenvolvimento local. Ele envolve inovação, criação de valor e repasse de conhecimentos tecnológicos. Produtores e outros atores locais o visualizam desta forma e são favoráveis a sua operacionalização. Tem a expectativa de que geraria serviço para a população e aproveitar-se-ia, com melhores lucros para os produtores, um recurso abundante na região. Entre os produtores de bracatinga já causou entusiasmo graças á melhora no preço que atingiu no percurso da promoção do Projeto. Existe, pois uma percepção sobre a importância do Projeto nas economias individuais e a contribuição que faria ao desenvolvimento de município.

Em relação ao percurso executado na operacionalização do projeto se conclui em síntese que:

- O Projeto Bracatinga começou no 2003. A ADVGR no nível mesorregional e os membros, governamentais, do CMDR no nível local tentaram construir um entorno favorável, promovendo, entre outras atividades, a formação de redes.
- Formou-se a rede técnica, no local, para dar viabilidade técnica ao Projeto. A rede local daria a viabilidade operacional.

- A rede técnica transmitiu aos produtores, conhecimentos sobre aspectos técnicos de manejo da bracatinga.
- No 2005 se implementou parte da infraestrutura física da Incubadora.
- Mesmo tendo uma rede potencial de produtores, não se formalizaram compromissos cooperativos para o Projeto.
- Parou no 2006 e hoje se espera a divulgação da licitação para operacionalizar o Projeto.

Observou-se, pois, no percurso do Projeto que o caminho crítico foi a formação do grupo de interesse entre os produtores de bracatinga.

Os facilitadores:

No processo realizaram-se reuniões para o repasse de conhecimentos técnicos sobre a madeira de bracatinga à comunidade de produtores, estes encontros destacaram positivamente na implementação do Projeto, pois o contato entre a rede externa e rede local, significou um aprendizado interativo, uma possibilidade de partilha de ações e de inserir conhecimentos globais (tecnológicos) ao local, conhecimentos locais ao regional, princípio da inovação e competitividade. Poderia ter significado, também, no caso de dar continuidade com maiores níveis de interação, a construção não apenas do capital social, mas ao fortalecimento das relaciones, como outro capital importante na operacionalização de Projetos coletivos de inclusão social.

Por outro lado, também, representam facilitadores, os avanços na estrutura da comunicação, como por exemplo: telefones na área rural e no futuro próximo os telecentros, o que favoreceria o fluxo das relações e ao sistema de comunicação.

Os entraves:

Dois dos mais salientes entraves identificados no desenvolvimento do projeto tem a ver com o relacionamento entre as organizações: o fraco engajamento entre elas, e a forma de dependência dos produtores de bracatinga, do Instituto ambiental IAP.

O fraco engajamento observa-se através de predomínio das hierarquias. De acordo com a teoria, as redes não eliminam as hierarquias, mas atingem o equilíbrio na presença de vários membros que cooperem. Na rede local foi visível o nível hierárquico que possuem as organizações governamentais, as organizações civis não participam ativamente. Percebe-se, pois entre os membros locais um fraco sentido de pertencimento e identificação com a rede, e não existe o sentimento de estar fazendo parte de um projeto, assim caracterizando uma rede não sustentável. A falta de uma discussão dos objetivos de curto e de longo prazo e a falta de fomento de consensos influenciou pesadamente neste fato.

A forma de dependência dos produtores, do IAP, provém do licenciamento ambiental que os produtores precisam para corte e uso da madeira da bracatinga. Uma demora no licenciamento atingiria diretamente nas economias do produtor, por esta madeira ser um recurso base de sua renda, além precíval num dado período. Mas, talvez, a maior dificuldade veio da promessa, não sustentada, para uma redução no prazo de licenciamento, gerando perda de confiança e fé, dois intangíveis de grande importância para levar adiante um projeto coletivo.

A Comunicação e o intercâmbio:

Os entraves acima colocados são principalmente decorrentes das formas de comunicação. Levando em conta as declarações levantadas, os fatos críticos foram:

Não houve discussão ou aprofundamento ao respeito do próprio Projeto, objetivos a curto e longo prazo, sua instalação, o plano de operação, ou as mudanças a programar, entre outros

aspectos. Faltou estímulo e espaço para que os produtores e os membros da rede colocassem seus questionamentos, dúvidas e sugestões ao Projeto, assim foram se debilitando dois princípios da confiança: aquele que permitiria aos produtores reconhecerem uma apropriada relação entre custos e benefícios para sua dedicação e sua participação na rede e no projeto e aquela que permitiria desenvolver um conhecimento mútuo entre os membros da rede e articuladores responsáveis de levar a efeito o Projeto.

Outro fato que afetou a formação da sinergia, foi as restrições no intercambio e acesso à informação: Atas, relatórios e até o próprio Projeto foram acessíveis apenas aos articuladores. Ao considerar desnecessário a partilha da informação completa se perdeu a oportunidade de projetar transparência e gerar confiança.

Perspectivas para um empreendimento coletivo

Ao analisar a possibilidade de um empreendimento coletivo para o Projeto da Bracatinga, percebeu-se barreiras culturais presentes na grande maioria dos membros da rede, não imaginam a produção atrelada aos laços de solidariedade e cooperação. A criação e o desenvolvimento do associativismo econômico dependerá de uma reflexão que produza uma visão de resultados bem sucedidos.

4.3 RECOMENDACÕES.

Diante das conclusões acima apresentadas se fazem algumas sugestões para efetuar iniciativas de desenvolvimento produtivo, projetos coletivos de inclusão social, com a intervenção do CMDR.

- O processo de implementação dos projetos precisa de uma apresentação gradativa, inclusive a partir do início do estudo, arrecadando sugestões e fomentando os consensos, dando reconhecimento as contribuições.
- Como informação inicial, básica se precisa levar em conta as relações de cooperação e conflito entre as organizações, assim estabelecer, logo no início, as estratégias para superar os entraves críticos.
- Estabelecer pratica da participação na tomada de decisões, eleições e debates entre membros e produtores. Incluindo a democratização do CMDR.
- Estimular entre os produtores membros sua intervenção na criação de organizações auto determinadas nas comunidades que representam.
- Os objetivos destas organizações poderiam estar ao redor do manejo dos recursos e o licenciamento ambiental.
- Criar um sistema para o fornecimento de conhecimentos e informação, propiciando a inclusão cultural e levando informação completa sobre as iniciativas de desenvolvimento e implementação do projeto, aos membros e produtores em geral.
- Fazer uma avaliação participativa a fim de surgirem propostas dos próprios produtores para as reformas necessárias.

Novas oportunidades e desafios precisam de novos conhecimentos, de estudos específicos capazes de subsidiar a intervenção dos atores da sociedade civil e do governo tanto de lado interno da CMDR quanto fora dela. No caso que nos ocupa, são prioridade os estudos das questões relacionadas aos entraves achados:

- Sobre o Controle ambiental e o licenciamento de corte da bracatinga, uma contribuição para a dinâmica produtiva - comercial e o desenvolvimento rural.
- Sobre a Organização rural – identificando os objetivos para o engajamento.
- Sobre o método para o fluxo de conhecimentos e informação na área rural e a criação de sistemas interativos para disponibilizar informações completas.

5 REFERÊNCIAS

ADVRG Agencia do Desenvolvimento da Mesorregião Vale do Ribeira Guaraqueçaba.
Informativo de Agencia de Desenvolvimento da Mesorregião Vale do Ribeira/ Guaraqueçaba. Curitiba, Parceiros em Ação . Janeiro 2004. Ano 1

ADVRG, **Informativo de Agencia de Desenvolvimento da Mesorregião Vale do Ribeira/ Guaraqueçaba.** Curitiba Parceiros em Ação Edição Especial outubro 2005. Ano 3

ALBUQUERQUE L F. **Desenvolvimento Econômico local: Caminhos e Desafios para a Construção de uma Nova Agenda Política.** Rio de Janeiro: BNDS, 2001.

ALVES DOS SANTOS J.O. **Dilemas e desafios para a governança democrática no Brasil.**
http://www.polis.org.br/seminario/dilemas_e_desafios. Visitado no 17.07.2007

BOISSIER S. **Em Busca do esquivo Desenvolvimento Regional: Entre a caixa preta e o projeto político.** Santiago de Chile. 1998

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais Setor de Autarquias Sul.** [www. Integração.gov.br](http://www.Integração.gov.br). Visitado no 09.07.2007

CAMPOS C V, CANTARERO S S., SANCHIS, P J.R. **El Papel Del Agente de Desarrollo Local em el proceso de inserción sociolaboral mediante la creación de empresas.** España: Universitat de Valencia, 2006

CASTILHO P, W.C. **Nas Trilhas Do Trabalho Comunitário E Social: Teoria, Método E Práctica.** Belo Horizonte. Ed Vozes 2001. 334pg

CIID Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, BID Banco interamericano de Desarrollo. **Evaluación organizacional. Marco para mejorar el desempeño.** Ottawa, Canada 2002 . 207pg. Disponível www.iadb.org/pub ,visitado no abril de 2007

CEPAL ILPES. **Manual de sistema Tarea y Elite.** Santiago de Chile 2007

DIAS COELHO F. **Desenvolvimento econômico local no Brasil: As experiências recentes num contexto de descentralização.** Santiago de Chile. CEPAL . 2000

DUARTE J & BARROS. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo.A Editora Atlas S.A. 2005. 379pg

FRANÇA, C; CALDAS, E; VAZ, JC **Experiências de Desenvolvimento Local:um olhar sobre a Articulação de atores.** São Paulo. Revista Polis.disponível em www.polis.org visitado em Agosto 2007

GARAPEN Asociación Vasca de Agencias de Desarrollo. **Redes Y Desarrollo Local** . España: Seminario local 2006 publicado na revista Pymes on Line disponível em www.pymesonlyne.org em Dezembro 2006

HADDAD R. P. **Cultura local e Associativismo.** BNDS Belo Horizonte 2004

IPARDES, Cadernos Municipais – **Caderno Estatístico do Município de Bocaiúva do sul.** Curitiba, Novembro 2006

IPARDES, **Caracterização dos conselhos municipais de Desenvolvimento Rural - Análise Comparada 2000-2002,** Curitiba 2003.

JACKSON, E.T. & KASSAM, Y. **Knowledge Shared.** Canada. Foreword Budd L. Hall 1998, 201p. Disponível em www.idcr.ca/book visitado no abril de 2007.

LAHERA P E. **Capital institucional y desarrollo productivo. Un enfoque de políticas públicas** . CEPAL ILPES Serie Gestion Pública N° 48 . Santiago de Chile. Noviembre 2004

LIRA C L. **La cuestión regional y local en América Latina.** CEPAL/ILPES Serie Gestion Pública N° 44 Santiago de Chile. Noviembre 2003 40 pp.

MANCE, E..A .**A Revolucao das Redes.** Petrópolis. Editora Vozes 2001. 220pg

MAYRINK V. S., **Elementos para um projeto de Sócio Economia Solidária,** Proposta N 88/99 agosto de 2001.

MORUZZI M.P.E, FLEXOR G. **Conselhos Municipais e Políticas Publicas de Desenvolvimento Rural: Indagações em Torno dos Papeis sociais e ambientas da Agricultura.** São Paulo. USP 2006

- OLIVEIRA G.H. **Parcerias Publico privadas**. Apostilha do curso 2006
- PARANA. **Governo do estado de Paraná**. www.pr.gov.br visitado no dezembro de 2006
- PNUD, **Atlas de desenvolvimento Humano do Brasil**. 2000
- PRADO D. **Planejamento e Controle de Projeto** vol. 2. Belo Horizonte MG 1998. 160p
- RODRIGUEZ A J.R. **Las Relaciones Intergubernamentales dentro de Brasil**. Revista de la Cepal 84 Diciembre 2004, disponível em www.cepal.org.br, visitado o 09 de Julio de 2007)
- ROLIM C. **Guia para o acompanhamento do curso Desenvolvimento e Pobreza**. Curitiba, Apostilha do curso 2006.
- SANTANA A.L. **Reflexões para uma economia social: contribuições para a transformação necessária**. Curitiba, Apostilha do curso 2006
- SILVA LIRA C/ SANDOVAL, I. **Desarrollo económico local/regional y fomento productivo: la experiencia chilena**. CEPAL ILPES .Serie Gestion Pública N° 49 111p Santiago, Chile. Agosto 2005
- SZAZI E. **Terceiro Setor: regulação no Brasil**. Ed Fundo Petrópolis. São Paulo. 2003. 386pg.
- VALADARES de C. N. **Autogestão: o nascimento das ONGs**. São Paulo. Ed. Brasiliense 1995. 193pg.
- VAZQUEZ V.. **Desarrollo Económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual**. CEPAL. Santiago, Chile 2000
- VEIGA J E, **Brasil rural precisa de uma estratégia de Desenvolvimento**. Serie de Textos para Discussão N 1, agosto 2001.
- WBCSD. World Bussines Council for Sustainable Development. **Bussines Case** .Cumbre Mundial de Jonannesburgo 2002 pg8, disponível em <http://www.wbcd.org> visitado no novembro 2003

ANEXO 1
POPULAÇÃO E MOSTRA

POPULAÇÃO

Nome da organização ou comunidade	Tipo de org	representante
Prefeitura do Bocaiuva do sul	Governamental	
Secretaria Municipal de Agricultura e MA	Governamental	Irene Polli
Emater Bocaiúva do Sul	Governamental	Ronei Tres
Secretaria Municipal de Educação	Governamental	Priscilla Martines de Barros
Câmara Municipal de B do S	Org civil	Rubens de Souza Pereira
Sindicato de Trabalhadores rurais	Org. Civil	João Américo Bernardi
Posto de Trabalhador		Irene Batista Martins
Riberaozinho	Com. rural	Antonio Pinto da Rosa
Salto de Santa Rita	Com. rural	Bartolomeu Vitor Lobato
Invernada	Com. rural	Antonio Ceccon Pereira
Pederneira	Com. rural	Jandira Poncio Bueno
Rio Abaixo	Com. rural	Álvaro Minelli
Santa Ana de Bom Jardim	Com. rural	Plácido Nicolau Pereira
Bom Retiro / Marrecas	Com. rural	Itaciano Alves de Araujo
Cachoeirinha/ Laranjeiras	Com. rural	Mario Atair de Oliveira
Antinha	Com. rural	Jose G da Silva
Palmital	Com. rural	Pedro Amilton Polli
Industria El Dourado	Empresa	Hermes Comparim

Organizações não locais :

Nome da organização	Identif.	representante
Agencia do Desenvolvimento do Vale do Ribeira	ADVR	José Becker (jul2007)
GERAR FIEP - Projeto Nova Industria	Gerar	Isabel Piragine
Embrapa florestas	Embrapa	
Instituto Ambiental do Paraná	IAP	
Emater Paraná		Jorge Mazuchowki
Departamento de Engenharia e tecnologia Florestal da UFPR	UFPR	Ricardo Klitzke
FIEP/ IEL		
Industria Berneck		
Industria Tafisa		
Industria Cocelpa		
Industria Placas do Paraná		
Industria Trevo Piso		

MOSTRA

Secretaria Municipal de Agricultura e MA	Governamental	Irene Polli
Emater Bocaiúva do Sul	Governamental	Ronei Tres
Secretaria Municipal de Educação	Governamental	Priscilla Martines de Barros
Câmara Municipal de B do S	Org no gov	Rubens de Souza Pereira
Sindicato de Trabalhadores rurais	Org. no gov	João Américo Bernardi
Salto de Santa Rita	Com. Rural	Bartolomeu Vitor Lobato
GERAR FIEP projeto Nova Industria	Consultores	Isabel Piragine

ANEXO 2

ROTEIRO DE PERGUNTAS

NOME DA ORGANIZACAO.

Governamental () Empresarial () Não Governamental ()
 DATA HORARIO: inicio final
 LOCAL
 NOME

OBJETIVO: Analisar o percurso executado na operacionalização do projeto Bracatinga

P1: Quando começou sua relação com o Projeto Bracatinga- PB? Como foi?

P2: Quais tarefas ou atividades já realizou sua organização, em função do PB?

P3: Quais tarefas vêm fazendo atualmente em função do PB?

P4 Quais foram os resultados mais marcantes?

P5 Quais organizações participaram para obter esses resultados?

Escrever (X) para Sem e (-) para Não :

ADVR () SM Agricultura e MA () Emater () Câmera Municipal () A Prefeitura () Sindicatos
 Dos T.R () Conselheiros Representantes Rurais (diga qual)..... ()

A Empresa privada local () qual?

Outras. Quais?

OBJETIVO: Identificar quais são os fatores que interferem como facilitadores e dificultadores no desenvolvimento da organização das redes formada para execução do Projeto.

P6: Falando dos resultados marcantes: Qual foi o fator que contribuiu para tornar-lo realidade?

P7: Qual foi sua maior frustração na execução das atividades relacionadas ao PB?

P8: O que o motiva mais neste processo de operacionalização do PB?

P9 O que o desmotiva ?

OBJETIVO: Analisar o processo de comunicação e intercambio de conhecimentos entre os membros da CMDR, os atores locais e não locais.

P10: Que meios disponibiliza sua organização para se comunicar com os membros da rede para operacionalização do PB? Escrever (X) para Sem e (-) para Não :

Telefone () fax() e-mail () radio () nenhum dos anteriores() outros

P11: O Que tipo de informação (documentos) recebe dos outros membros da rede? Cópias de atas () relatórios () planos de ação () informativos () outro

P12: Participou de reuniões relativas ao PB? Não () Sim () Que tipo de reuniões? :

De treinamento() debates () informações técnicas () agenda de mudanças() plano de operações() negociações() processos de implementação do PB () comunicação de resultados () revisão de políticas conveniadas () motivacionais ()
outro (explique).....

P13: Como é sua relação com outros membros da rede de operacionalização do PB? Colocar (I) se Indefinida, (F) conflitiva , (n) neutral, (C) cooperativa:

ADVR () SM Agricultura e MA () Emater () Câmara Municipal () A Prefeitura () Sindicatos Dos T.R () Conselheiros Representantes Rurais (diga qual)..... ()

A Empresa privada local qual ?..... ().

Outras. Quais?

OBJETIVO: Refletir sobre gestão de projeto e a inclusão da comunidade na criação de perspectivas para um empreendimento coletivo na operação do projeto.

P14: Quais, acha que são as principais oportunidades presentes no entorno para gerar uma cooperativa que operacionalize o Projeto Bracatinga?

P15: Quais são os principais riscos?

P16: Participou de fórum () seminários () debates () , relativos ao PB: ? Escrever (X) para Sem e (-) para Não . Quais foram os assuntos mais marcantes?

P17: Mais alguma coisa que gostaria acrescentar, relativo ao tema tratado?